

16. DESAFIOS DE INOVAÇÃO NA METODOLOGIA NO ENSINO JURÍDICO: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EM “PODER JUDICIÁRIO E POLÍTICA”

Joana de Souza Machado

Anna Flávia Aguiar Santos de Oliveira

Lorena Reis Bastos Dutra

Lucas de Souza Oliveira

Marcos Felipe Lopes de Almeida

Mário José Bani Valente

Rafael Carrano Lelis

Talles Neves Silva Bhering

Palavras-chave: Ensino Jurídico. Inovação Metodológica. Poder Judiciário e Política
Diversidade.

Introdução

Este trabalho apresenta conclusões parciais de pesquisa sobre metodologia de ensino jurídico, desenvolvida informalmente no âmbito do projeto de monitoria em Poder Judiciário e Política, que toma a respectiva disciplina como laboratório para a produção de dados empíricos. Esses dados têm o seu conteúdo analisado a partir de referenciais teóricos adotados, em especial, a contribuição de Bourdieu sobre poder simbólico e os campos da ciência e do Direito.

Pretende-se, com esse resumo, contribuir para o debate sobre inovação metodológica no ensino jurídico, com a análise da experiência da referida disciplina, criada em 2012, pela Professora Joana Machado, no curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, ministrada com a colaboração da equipe do projeto de monitoria, coautores e coautoras desse trabalho.

O método educativo e o processo de construção do saber

A partir de referenciais transdisciplinares e de uma perspectiva comparada de sistemas jurisdicionais, a disciplina articula seu conteúdo programático de maneira a contribuir para que os (as) estudantes se engajem em uma reflexão crítica a respeito do sistema de justiça e repensem os limites institucionais da atividade judicial, enquanto novo espaço de representação política e tradicional esfera de efetivação de direitos.

O processo avaliativo e o método educativo da disciplina procuram privilegiar a fala dos (as) estudantes em sala de aula, seja abrindo espaço para que possam apresentar argumentos aplicados a casos concretos, seja incentivando a expressão de forma lúdica e artística. Busca-se valorizar a criticidade e a criatividade, a fim de construir um espaço no qual se incentive uma construção plural do saber, distanciando-se da tradicional tentativa de mera transferência de conteúdo.

Utilizam-se os seguintes instrumentos: painéis de discussão; práticas argumentativas; visita a órgãos estatais e/ou participação em audiências públicas; participação em *role-play* e na sensibilização pela arte; elaboração de um portfólio e de um ensaio crítico.

Nos painéis de discussão, feitos semanalmente, são apresentados os textos que consistem no arcabouço teórico da disciplina. Cada texto fica sob a responsabilidade de um grupo de estudantes, que deverão fomentar o debate junto à turma inteira.

Na aula seguinte ao painel, são feitas as práticas argumentativas, caracterizadas pela reflexão a respeito de um caso concreto, no qual há aplicação de conceitos estudados no painel. A turma é dividida em grupos, sendo atribuída uma linha argumentativa a cada um, as quais serão confrontadas em debate subsequente.

A visita ao órgão estatal, por sua vez, tem o objetivo de aproximar o(a) aluno(a) da atuação de um dos Poderes da República. No respectivo relatório devem ser descritas as informações subjetivas e as sensações relativas ao ambiente físico visitado, bem como as contribuições proporcionadas por esta experiência.

Realizam-se também simulações de julgamento. Por meio da dinâmica de *role play*, a disciplina propicia a experimentação de sensações similares às que

visitam juízes (as) e partes envolvidas em casos difíceis (sobre direitos de minorias representativas), de forma que a análise crítica feita, ao longo da disciplina, em torno da atividade jurisdicional, possa ser também humanizada.

O *role-play* é uma espécie do grande gênero da prática simulada e consiste em um jogo de papéis, com natureza lúdico-pedagógica, por meio da qual pessoas adultas brincam de vivenciar situações que suscitam decisões, posicionamentos, antecipação e avaliação de consequências. A dramatização propicia o envolvimento das e dos participantes em torno de algum conflito em relação ao qual precisam realizar um julgamento moral. O objetivo principal é propiciar ao e à estudante a oportunidade de experimentar sensações similares às que visitam juízas/juízes e partes envolvidas em um caso difícil, de forma que a análise crítica feita, ao longo da disciplina, em torno da atividade jurisdicional, possa ser também humanizada.

O ensaio crítico, incentivo para iniciação à pesquisa científica, objetiva problematizar a natureza e os limites da atividade judicial a partir da análise de um caso já julgado pelo Judiciário brasileiro, em qualquer instância.

Por fim, o portfólio se traduz em uma coletânea de evidências sobre o próprio processo de aprendizagem e habilidades desenvolvidas ao longo do curso. A sua elaboração é livre e pautada na criatividade em demonstrar o impacto gerado pelo curso nas e nos estudantes. Orienta-se que sejam juntados elementos que dialoguem com a disciplina e seu objeto de estudo, como anotações de aula, poesias, imagens, letras de músicas e até mesmo publicações em rede sociais.

Poder Judiciário e Política tenta ainda fomentar a discussão para fora dos muros da universidade, por meio do grupo mantido em rede social. Neste grupo, todos/as os/as participantes podem se manifestar publicando notícias e assuntos relativos aos temas discutidos durante as aulas. O seu objetivo é funcionar como um fórum constante de discussão e atualização, uma vez que o pensamento crítico não deve ficar restrito apenas às salas de aula, devendo perpassar todos os aspectos da vida.

Rodas de Conversa, Arte e a ressignificação do que é juridicamente relevante

Antes da realização de cada *role play*, é organizada uma roda de conversa sobre o tema do julgado. Tal iniciativa busca a conscientização social dos (as) estudantes.

As rodas de conversa procuram proporcionar um espaço de protagonismo aos temas tradicionalmente marginalizados pelo ambiente acadêmico. Em geral, as pautas dos grupos representativamente minoritários são objeto das discussões, como o movimento negro, o LGBTTI e as causas que tangem a desigualdade estrutural de gênero.

É importante destacar que nessas oportunidades as pessoas que têm vivência da questão em debate e/ou se dedicam a estudá-la são convidadas a nortear a dinâmica, na tentativa de garantir que suas pautas não sejam mais uma vez invisibilizadas pelo discurso dominante. Dessa forma, pessoas legitimadas pela vivência que possuem do preconceito em discussão possuem privilégio de fala em meio ao debate horizontal. A disciplina busca, desse modo, ajudar na ampliação de vozes comumente silenciadas em nossa sociedade.

Outro caminho adotado para romper com o ensino jurídico hermético e alienante é a realização da semana de sensibilização pela arte. Experiências sensoriais, viabilizadas pelas artes, são transformadoras em nosso processo de formação de identidade, contribuindo também para o processo pedagógico crítico e reflexivo previsto no plano de curso da disciplina. A arte nos (re) conecta e contribui para melhorar a qualidade de vida no ambiente universitário. Na semana de sensibilização, a sala de aula é afirmada enquanto espaço lúdico e cultural, acomodando a livre manifestação das subjetividades, com intervenções artísticas diversas, como poemas, músicas, teatros, danças, dentre outras modalidades. Assim, as e os estudantes percebem-se como sujeitos do conhecimento, atores responsáveis pela sua própria condução pedagógica – dentro e fora da disciplina.

Conclusão

Ao longo das edições do curso, do teste e amadurecimento da proposta, não foram poucos os desafios e resistências encontrados. Ao trazer para a sala de

aula temas considerados cada vez mais explosivos – como sexualidade, gênero, relações étnico raciais – embora essenciais a uma adequada formação profissional, a disciplina foi espaço para a manifestação de conflitos presentes em nossa sociedade. Esta experiência, como esperado, não foi fácil. Deixou aflorar pré-compreensões muitas vezes amparadas em uma moralidade religiosa intolerante e inconfessa. O conforto da certeza e da verdade, em geral buscados na academia, foi, em muitos momentos, substituído pelo incômodo do desnudamento de contradições e da autodescoberta da reprodução de culturas opressoras, como a do racismo, da misoginia, transfobia, homofobia, etc.

As resistências ajudam a demonstrar o quão é desafiadora a tentativa de construção de um ensino contra hegemônico, pautado na conscientização social. Um ensino realmente inclusivo, sem limites ou lugares determinados para cada indivíduo.

Em contexto de propostas de escola sem partido, de criminalização de docentes e estigmatização de temas como ideológicos, as resistências já encontradas tendem a se intensificar. Avalia-se, porém, que a disciplina tem contribuído para romper com o tradicional ensino jurídico, pois, ao lado das dificuldades, encontra-se um válido e vívido retorno. Por meio dos portfólios, muitos (as) estudantes demonstram desenvolvimento de senso crítico e sua abertura à metodologia adotada, evidenciando que, em alguma medida, a proposta em análise diferencia e pluraliza sua formação.